

A mulher no centro dos Estudos Literários: de objeto literário a sujeito da escrita

Doutoranda Angela Maria Rodrigues Laguardia (UNL)

Resumo:

A análise de duas vozes femininas, uma brasileira, do final do século XX (Clarice Lispector) e outra portuguesa, do início do século XXI (Inês Pedrosa), através das obras *A Descoberta do Mundo* e *Crónica Feminina*, propiciam o entendimento do papel da mulher como sujeito da própria escrita, este “lugar”, referenciado por Kristeva, como espaço de auto-representação e a articulação com os Estudos Culturais.

Palavras-chave: Inês Pedrosa, Clarice Lispector, Estudos Culturais.

Introdução

Esta reflexão é parte de minha pesquisa de doutorado em Estudos Comparatistas na Universidade Nova de Lisboa, que ora desenvolvo. Nesta investigação, em que comparo as obras “*A Descoberta do Mundo*” e “*Crónica Feminina*”, das escritoras Clarice Lispector e Inês Pedrosa, respectivamente, procuro analisar o percurso destas vozes femininas, moduladas por diferentes culturas e épocas. Para isto, foi necessário considerar a linha do tempo e a formação de um contexto histórico-social que antecede e desagua naturalmente na escrita cronística das autoras. Busco - a partir da escolha temática das autoras - compreender o papel da mulher como sujeito da própria escrita, esse “lugar”, referenciado por Kristeva, como espaço de auto-representação.

Deste modo, sob a perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos sobre as Mulheres, procuro encontrar respostas esclarecedoras para a trajetória e evolução destas vozes, assim como entrever o confronto mulher/objeto literário e mulher/sujeito da escrita, ao longo de diferentes contextos literários e temporais até à Pós-Modernidade.

1. Estudos culturais e Estudos sobre as Mulheres

Os Estudos Culturais e Estudos sobre as Mulheres são dois campos científicos que emergem do mesmo “caldeirão cultural”, nos finais dos anos 60 e desenvolveram-se a par, embora tenham seguido caminhos que só posteriormente se vieram a cruzar. Esta intersecção ocorre no momento em que estes estudos tentam recuperar e dar visibilidade à cultura de

grupos “negligenciados”. Os Estudos Culturais retomam seu objeto de estudo, que engloba tudo o que se relaciona com *humanidades* e, no sentido mais estrito da expressão, mantém a sua dimensão política: “a cultura é tida como a esfera na qual a classe, o género, a raça e outras desigualdades são normalizadas e representadas de maneira a cortar (tanto quanto possível) os vínculos entre estas e as desigualdades económicas e políticas. (...) A cultura é também o meio através do qual vários grupos subordinados vivem a sua subordinação e resistem...” (O’SULLIVAN e outros, *apud* SILVA, TAVARES:126-127). Assim, dentro destes grupos considerados “negligenciados”, as mulheres estariam incluídas.

Procuravam, desta forma, fundar os Estudos Culturais sobre as Mulheres, oferecendo guarida àquelas mulheres que se situavam nesta intersecção e que haviam procurado legitimar algumas áreas de investigação consideradas culturas comerciais do feminino, tendo sido marginalizadas, ignoradas ou banalizadas.

Os Estudos Culturais e os Estudos sobre as Mulheres são, pois, caracterizados pela interdisciplinaridade. Ao percorrermos a trajetória dos Estudos Culturais, desde a sua origem anglo-saxónica, podemos perceber que este sentido da palavra “cultura” entrecruza-se com muitos campos de interesse e um forte impacto destes estudos fez-se sentir em todas as disciplinas”, tendo a linguagem passado a ser um tema de discussão central, quer como objecto de estudo, quer como meio de reflexão epistemológica” (Ferreira, 2001:11).

O carácter interdisciplinar ou multidisciplinar nos Estudos sobre as Mulheres é questionado por Maria Beatriz Nizza da Silva, em seu artigo “Os Estudos Sobre As Mulheres - difícil interdisciplinaridade”. Para esta autora, nos anos 70, temos a predominância da interdisciplinaridade, proveniente das diversas áreas científicas existentes. “Depois, nos anos 80, foi-se mais longe, criando-se domínios complexos e indefinidos como por exemplo nos Estados Unidos, os *Cultural Studies* ou *Women Studies*.” (SILVA, 1999:29).

O ponto crucial desta discussão, segundo a autora citada, seria a diferença entre mulheres produtoras de conhecimento científico e mulheres que são objeto de conhecimento científico: “Enquanto no primeiro caso temos de nos situar no campo da epistemologia, no segundo entramos para o da classificação das ciências sociais e humanas.” (SILVA, 1999:29).

Os Estudos sobre as Mulheres e sua natureza transdisciplinar poderão ser compreendidos a partir de seu surgimento dentro dos Estudos Culturais e de seu contributo para a reestruturação da ciência que atraíram em especial:

O acolhimento das novas concepções e a cooperação intelectual no seio das ciências

sociais e humanidades possibilitaram a construção de um novo campo científico, passando a ser eixo de questionamento de algumas disciplinas.

Compreende-se, assim, que, em sua evolução, temos o primeiro momento, por volta dos anos 70, que teve a tarefa de denunciar a ausência das mulheres, quer como produtoras, quer enquanto objeto de conhecimento: a diferença entre os sexos e as condições sociais relacionadas, ou não, com características biológicas. Em um segundo momento, temos a predominância de uma preocupação pelos papéis sexuais e a socialização. E, finalmente, em um terceiro momento, adotou-se definitivamente a perspectiva social, segundo a qual as relações sociais de sexo passam a ser entendidas como fator essencial de todas as relações sociais e atravessa todos os sistemas sociais.

Ao colocarem as relações sociais de sexo no centro da análise, os estudos sobre as Mulheres “mexem” com todas as perspectivas científicas e criam um mundo novo de “objectos” a investigar porque, precisamente, como se afirmava já nas *Novas Cartas Portuguesas*, nenhum edifício semântico pode ficar de pé, com a denúncia da dominação e opressão das mulheres.” (FERRREIRA, 2001:15).

Assim, a contribuição dos Estudos sobre as Mulheres se faz, principalmente, pelas mudanças de concepções do saber e dos métodos de o obter, através de uma interdisciplinaridade ativa, sintonizada com os problemas sociais emergentes, e da valorização da contribuição que as mulheres tiveram e têm para o desenvolvimento da humanidade.

2. Estudos sobre as Mulheres, feminismo e identidade discursiva em Portugal

Quando mergulhamos na área de Estudos sobre as Mulheres em Portugal, nos deparamos com uma história recente, principalmente se for comparada com os países do centro da Europa, particularmente os de tradição anglo-saxônica.

O pensamento feminista em Portugal nasce na viragem do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ligado ao movimento republicano. Homens e mulheres que desejaram o derrube da monarquia aspiravam a um novo regime que trouxesse a justiça, a liberdade, a igualdade. Para as mulheres, este anseio tornou-se um terreno propício para suas reivindicações. Algumas delas destacaram-se neste momento histórico, deram voz ao feminismo que despontava, na luta pela alteração da condição das mulheres, na recusa de continuarem a ser minorizadas e tuteladas por uma sociedade que lhes atribuía um papel meramente passivo.

Para não sermos injustos com estas mulheres, citamos apenas as cinco líderes carismáticas do início do século: Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Clara Correia Alves, Maria Veleda, podendo ser consideradas mulheres que deflagraram as mudanças iniciais e indispensáveis pela causa das mulheres.

Assinalamos, dentro desta proximidade com a implantação da República, três fatos: a publicação de *As Mulheres Portuguesas*, de Ana de Castro Osório (1905), que se pode considerar um manifesto feminista; a fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908); e o voto histórico de Carolina Beatriz Ângelo nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (1911).

Segundo Ana Vicente, “o pensamento feminista naquela época concentrava-se, sobretudo, em três grandes eixos, a saber: a educação, a formação e a cultura; a participação política básica; o trabalho e o emprego” (VICENTE, 2007:60). Não foram descuidados também os assuntos referentes à legislação do casamento, da filiação e do divórcio e de outros, como a prostituição.

A instauração da República não correspondeu à expectativa das mulheres, a promessa do sufrágio não foi cumprida, mas foi fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914), uma organização assumidamente feminista, e a realização de dois congressos, um feminista, outro sobre Educação (1924 e 1928), que marcaram este período.

Em 1931, reconhece-se o direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários, ambigualmente em pleno Estado Novo, onde foram instituídas políticas contrárias à afirmação das mulheres, alicerçadas na constituição de 1933. A partir desta época, o pensamento feminista teve que resistir aos ataques, passando de um discurso de esperança para um discurso de lamento e vitimação. Registramos aqui a influência valorosa de Elina Guimarães, cujas ações mantiveram acesa a chama feminista, num regime que pretendia apagá-la, como também a análise da situação das mulheres na sua especialização jurídica, como, por exemplo, nas obras “*O Poder maternal*” (1933), ou “*A Lei em que vivemos...noções de direito usual relativo à vida feminina*” (1936). Outra publicação importante, em 1948, é “*As Mulheres do meu País*”, de Maria Lamas, obra emblemática para o feminismo e para a história dos estudos sobre as mulheres em Portugal.

Na década de 60, encontramos iniciativas precursoras do que haveria de denominar-se “estudos sobre as mulheres”: um colóquio intitulado “Sobre a Condição da Mulher Portuguesa” (1968); e um ciclo de conferências, promovido no âmbito da Faculdade de

Direito de Lisboa sobre “A Mulher na Sociedade Contemporânea”, em 1969.

As discussões, nestes encontros, estavam relacionadas com a educação e o trabalho das mulheres, a sexualidade, os mitos e estereótipos a elas relativos, bem como com questões jurídicas conexas com seu estatuto, questões morais e sociais, aspectos psicológicos e condicionalismos. Estas questões foram matéria de reflexão e abriram novas perspectivas, que se fortaleceram e amadureceram, para serem posteriormente incendiadas com o aparecimento, em 1972, do livro *Novas Cartas Portuguesas*, divisor de águas emblemático do feminismo.

A evolução deste processo prossegue nos anos 70, a nível nacional e internacional. Temos uma mudança política profunda com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a instauração da Democracia, que gera mudanças económicas, sociais e culturais que se refletem em uma abertura para a história das mulheres e na área de estudos sobre elas. Em 1975, é consagrado o Ano Internacional da Mulher, proclamado pelas Nações Unidas, um marco que anuncia a Década da Mulher, que se desenrola entre 1976 e 1985. Em Portugal, é criada uma associação de mulheres em setembro de 1976, União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, nascida da participação ativa das mulheres, com o 25 de abril de 1974. Permanecendo com esta denominação até 1989, viria a denominar-se a União de Mulheres Alternativa e Resposta - UMAR.

Na década de 80, as questões relativas à situação das mulheres passaram da margem para dentro do círculo de debate político. Em 1980, realiza-se a II Conferência Mundial sobre as Mulheres, promovida pelas Nações Unidas, à qual Portugal enviou uma delegação especial. A participação da Comissão da Condição Feminina neste evento e, no mês seguinte, em Salzburgo, com a temática dos *Women's Studies*, trouxe ecos para o desenvolvimento em Portugal do processo de dinamização e legitimação, a nível das instituições.

Esta iniciativa frutifica, a começar pelo primeiro seminário de “Estudos sobre a Mulher”, promovido pela Comissão da Condição Feminina e realizado na Fundação Gulbenkian, em 1983.

Outras iniciativas na mesma linha se seguiram, as quais omitimos aqui, trazendo luminosidade para a década de 80 e 90, enquanto “o activismo feminista de rua fizera-se acompanhar, na década de 80, do activismo (politicamente menos expansivo) dentro das instituições; apareceram “activistas de gabinete”, frequentemente académicas, que desenvolvem pesquisa e produção teórica nas suas diferentes áreas disciplinares” (SILVA e TAVARES, 2001:129).

Os anos seguintes produzem o alargamento das conquistas anteriores. Em 1991, é criada a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM). A constituição da APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - foi impulsionada pela CIDM, em 1991, com o intuito de “apoiar, promover e dinamizar os estudos sobre as Mulheres/ Estudos de Género/ Estudos feministas em todas as áreas dos saber.” Além da fundação da Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM), em 1997, outras associações ligadas à mulher foram criadas, embora omitidas aqui, constituindo-se como espaços de resistência, relativos às necessidades profissionais ou sociais.

Nesta retrospectiva sobre o Feminismo e os Estudos sobre as Mulheres em Portugal, omitimos muitas obras literárias que ilustram ou demarcam este percurso, mas, quando se fala de obras de autoria feminina, registamos aqui duas que são consideradas significativas, dentro do contexto da Literatura Portuguesa: “*A Sibila*” (1954), de Agustina Bessa Luís, que se destaca como narrativa ficcional feminina, e *As Novas Cartas Portuguesas* (1972), de Maria Velho da Costa, Maria Isabel Barreno e Maria Teresa Horta, como uma obra de destaque claramente feminista.

Assim, o feminismo e literatura, como fenômenos culturais e sociais, articulados dentro de um espaço e tempo, sofrem modificações e se revestem de novas formas e sujeitos. É sob esta perspectiva que encontramos a obra de Inês Pedrosa, escritora e jornalista que vem acrescentar à Literatura Portuguesa a voz feminina da contemporaneidade, integrando-se no círculo dos novos escritores da década de 90.

Inês Pedrosa e “Crónica Feminina”

Crónica Feminina (2005), escritora e jornalista Inês Pedrosa, é uma compilação de suas crônicas, publicadas no semanário *Expresso*, reunindo crônicas, que obedecem a uma cronologia que vai de janeiro de 2002 a dezembro de 2004.

A experiência do jornalismo e a sua trajetória literária acabaram por modelar uma sensibilidade estruturada na vivência da escrita e da realidade social, conferindo-lhe uma narrativa empenhada, atravessada por um espírito indagador, comprometida com o seu tempo: seja na consciência de uma memória cultural, nas discussões sobre gênero, na militância política, seja em qualquer assunto que diga respeito às relações humanas.

A cronística de Inês Pedrosa parte do mundo interior para o exterior, mas a evolução do seu trabalho passou a revelar também algo de íntimo (Cf. *Crónica Feminina*, 2005, p. 13-14).

Os temas centrais da sua abordagem visam questões quentes da atualidade política:

“Temas como o aborto, a discriminação, os abusos sobre crianças, a violência sobre as mulheres, a educação e a justiça atravessam os meus dias com uma constância recorrente. Porquê? Porque me parecem ser estas as pedras de toque da política actual” (*Ib.*, p. 14).

A sua postura idealista está na base de tal recorrência. É esta fé no poder mobilizador da palavra que serve de esteio à sua intervenção cívica:

“Devo à crónica a consciência que hoje tenho da capacidade de mobilização efectiva da palavra. [...] Na selecção que constitui este livro, incluí, sob pena de redundância, todas as crónicas relativas a este caso, o chamado caso da parteira Maia, porque me deu a medida da crónica como exercício de intervenção social, como forma de poder cívico” (*Ib.*, p. 15-16).

O título do livro em presença é retirado de uma “revista semanal, interclassista e muito popular”, nos anos 70: a *Crónica Feminina*. Apesar das conotações pejorativas associadas a tal revista, Inês não se coíbe de referenciar este seu livro com a evocação do seu título, como se pretendesse colmatar suas lacunas e, sobretudo, continuar a sua trajetória em prol das mulheres de hoje:

“Para além da fotonovela, a *Crónica* apresentava um manancial de informação variada, desde “A Baixa Antes do Terramoto” aos novos “Direitos da Mulher” e entrevistas, com destaque para “Celeste Silva” – de empregada doméstica a actriz”. Todo um programa de conquistas no “feminino”, seja lá isso o que for. Eu também não sei muito bem o que será, mas sinto que é qualquer que hoje surge a cores e em papel de lustro. E que, 27 anos depois, continua, como Eva Bovary, à espera de uma outra vida, oculta no coração dos pretextos” (*Ib.*, p. 21-22).

3. Ecos do Feminismo na Literatura do Brasil

Em seu ensaio “*Feminismo e Literatura no Brasil*”, Constância Lima Duarte discorre sobre o tabu em torno da palavra “feminismo” no Brasil. Segundo ela, este preconceito permitiu o isolamento da palavra e, embora o Feminismo tenha sido um movimento que possibilitou várias mudanças para as mulheres ao longo de significativas décadas, a reação gerada pelo antifeminismo no país isolou a palavra e colaborou para que “a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente” caísse no desconhecimento das novas gerações.

É necessário lançar um olhar ao passado para encontrar na história do feminismo do Brasil os fatos e fatores que deflagraram as mudanças de mentalidade e se manifestaram na escrita. Se retrocedermos ao século XIX, temos os primeiros textos escritos por mulheres brasileiras,

considerando o isolamento cultural em que viviam as mulheres, quando aparece a primeira legislação referente à educação feminina, em 1827. O ingresso em escola normal de São Paulo só ocorrerá em 1876, ao contrário dos homens, que ingressaram desde os anos 40.

Deste período destacamos Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte. O seu livro, intitulado *Direitos da Mulheres e Injustiça dos Homens*, pode ser considerado o *texto fundante* do feminismo, o primeiro livro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho. Nísia Floresta faz uma tradução do livro *Vindication of Rights of Woman*, da inglesa Mary Wollstonecraft e, segundo Constância Lima Duarte, também dos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie e dos artigos da “Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã” de Olympe de Gouges, realizando uma “*espécie de antropofagia libertária*”. Outras mulheres reforçaram este primeiro patamar de reivindicações feministas, algumas delas através de livros e outras de jornais, contribuição valiosa para o esboço da identidade feminina.

O aumento de jornais e revistas de cunho feminista por volta de 1870 colabora ainda mais no percurso das mulheres em direção à emancipação, poderíamos citar como exemplo desta segunda fase o aparecimento do periódico *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diz, em 1873. Outros periódicos e revistas, que omitimos aqui, foram instrumentos importantes para a conscientização feminina, corroboram e preparam os grandes movimentos feministas que eclodem no século XX.

Neste século, que se inicia com a luta social das mulheres, destacamos dois nomes: Bertha Lutz (1894-1976) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Líder destacada do movimento sufragista, Bertha Lutz funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que contará com militantes por todo o país, em prol do voto feminino. Maria Lacerda de Moura publica “*Em torno da Educação*”, em 1918. Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e coube a ela “O pioneirismo da sugestão da instituição de uma cadeira de história da mulher em escolas femininas” (LEITE:1984,10), quando redigiu os estatutos da Federação Internacional Feminina, em 1922.

Muitas escritoras se seguiram, as quais contribuíram para a história do feminismo do século XX. Na impossibilidade de citarmos todas, registramos, ainda, Gilka Machado (1893-1980), com seu livro de poemas eróticos *Meu Glorioso Pecado*, em 1918. A sua poesia “elege o desejo feminino como principal motivo de sua construção poética” (GOTLIB:2003,40), contrariando a moral sexual e patriarcal da época.

Na eclosão do Modernismo, Rachel de Queiroz desponta com o romance “*O Quinze*”, de cunho social e temática da seca, porém a personagem feminina já demonstra anseio de emancipação, ao preferir viver só a ter que aceitar um casamento tradicional, assim como em “*Caminho das pedras*”, de 1937, em que conta a história de mulher que escolhe seu companheiro, abandonando o marido que não ama e se unindo a outro, enfrentando preconceitos. Temos, deste modo, personagens representativas da condição feminina, que refletem sobre a questão do feminismo.

Um salto para os anos setenta e temos uma efervescência de acontecimentos que manifestam as mudanças aspiradas pelas mulheres, embora no Brasil estivéssemos em plena ditadura militar e a presença da censura. As discussões sobre a sexualidade, o aborto, o direito ao prazer, paradoxalmente, acontecem ao mesmo tempo em que o movimento feminista se posiciona politicamente. Estes fatos encontram ressonância na literatura, acrescentados pela intensificação da conscientização sobre o papel social da mulher no espaço doméstico e a consciência do corpo.

Após a década de setenta, “a expressão literatura “feminista” deixa de ter apenas o significado de luta social na sociedade civil e se integra à linguagem, como uma “revolução na linguagem poética, na expressão de Julia Kristeva” (LOBO:2006,15).

Também o jornalismo profissional, a partir desta década, torna-se um importante canal de expressão da crônica, coluna ou resenha para as escritoras.

Estes momentos da história do feminismo no Brasil são importantes para situarmos a escritora Clarice Lispector no panorama da literatura brasileira, cuja obra cronística é objeto de nossa reflexão. Sua literatura, segundo Nádia Battella Gotlib, “pode ser considerada como um corajoso processo de desconstrução, pela via da linguagem...” E é através do espaço cronístico de “*A Descoberta do Mundo*” que nos deparamos com a Clarice que nos revela que a linguagem literária pode mover-se além do que conhecíamos como forma.

Clarice e a “*A Descoberta do Mundo*”

“*A Descoberta do Mundo*” possui 468 títulos de crônicas publicadas no *Jornal do Brasil* entre 1967 e 1973, reunidas, postumamente, em 1984, por seu filho que, em nota introdutória, afirma que são “textos que não se enquadram facilmente como crônicas, novelas, contos, pensamentos, anotações”.

Na leitura das crônicas, nas quais ecoam as indagações deste território movediço, um

conjunto delas questiona o papel da literatura e da escritura e destaca a preocupação sobre a construção das crônicas e de se inventar como cronista. Além deste papel metalinguístico e serem exercícios para sua obra ficcional, suas crônicas são marcadas pelo tom confessional, com textos reflexivos e filosóficos, próximos de um diário íntimo.

Esta forma de expressar-se, despretensiosa às vezes, mas próxima do leitor, é que diferencia a linguagem de Clarice de forma inovadora, em busca de definir-se enquanto sujeito:

Ao provocar recepção crítica forte e influente, Clarice atua junto ao público de forma inseminadora, tanto por efeito das questões existenciais de seus escritos, quanto – e principalmente – pela densidade da linguagem. Pode-se afirmar que a obra de Clarice Lispector abre uma tradição para a literatura da mulher no Brasil, gerando um sistema de influências que se fará reconhecido na produção da geração seguinte. (VIANA:1995,172).

A novidade desta literatura é construir-se a partir de uma relação dialógica autor-obra-público, articulando-se através de uma subjetividade centrada na linguagem.

Para ilustrar esta escritura, “que cava nas entranhas de si mesma”, selecionei trechos de duas significativas crônicas. No primeiro, denominado *O Grito*, sentimos este tatear, que se anuncia como um pedido de socorro: “*Sei que o que escrevo aqui não se pode chamar de crônica, nem de coluna nem de artigo. Mas sei que hoje é um grito. Um grito! de cansaço*” (LISPECTOR:1994, 81).

O segundo indaga e ironiza o que seria uma crônica com conteúdo especificamente “feminino”:

Uma vez me ofereceram fazer uma crônica de comentários sobre acontecimentos, só que essa crônica seria feita para mulheres a estas dirigida terminou dando em nada a proposta, felizmente. Digo felizmente porque desconfio de que a coluna ia era descambar para assuntos estritamente femininos, na extensão em que *feminino* é geralmente tomado pelos homens e mesmo pelas próprias humildes mulheres: comose mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada (LISPECTOR:1994,108).

Outras crônicas buscaram na temática do universo feminino os questionamentos subjacentes ao seu tempo. A novidade foi trazer para este espaço cronístico um protagonismo para as diferentes classes sociais. Em *A mineira calada*, ela relata a conversa com a empregada Aninha, que ela teimava em chamar de Aparecida, que a surpreende com o pedido de empréstimo de um livro:

“A senhora escreve livros? respondi um pouco surpreendida que sim. Ela perguntou, sem parar de arrumar e sem altear a voz, se eu podia emprestar-lhe um. Fui franca: disse-lhe que ela não ia gostar de meus livros porque eles eram um pouco complicados. Foi então que, continuando a arrumar, e com voz ainda mais abafada, respondeu: “gosto de coisas complicadas. Não gosto de água com açúcar” (LISPECTOR:1994,48).

É através das crônicas que muitas mulheres transitaram com mais mobilidade e liberdade, senhoras de si em um domínio público, que, contraditoriamente, impunha à mulher da época um papel imposto pela sociedade patriarcal. Ao desvendar este universo feminino para trazê-lo à superfície, Clarice traz o “significante da autoria para a mulher, dramatizando a relação do sujeito enunciante (autor implícito) com o sujeito enunciado, autor/ ‘autora’” (VIANA:1995,172).

Conclusão

Ao percorrer a trajetória dos Estudos Culturais e dos Estudos sobre as Mulheres e analisar a cronística de Clarice Lispector e Inês Pedrosa, nos aproximamos da expressão “denominador simbólico”, aludida por Isabel Allegro, em “*O Sexo dos Textos*”. Segundo ela, as mulheres pertencem a um grupo social que vai além das fronteiras e teriam uma afinidade natural e cultural, historicamente construída que as liga entre si e poderia estender-se à expressão literária também.

Assim, entendemos que, ao observarmos a articulação entre os discursos do feminismo e do Pós-modernismo, relativizamos a representação feminina como mulher/objeto e mulher/sujeito da escrita, para dimensionar uma linguagem própria que poderia ser atribuída às mulheres.

Referências Bibliográficas

- PEDROSA, Inês. *Crónica Feminina*. 1. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.
- CASTRO, Zília Osório de. Nota de abertura. *Faces de Eva – Revista de Estudos sobre a Mulher*. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/facesdeeva>.
- FERREIRA, Virgínia. “Estudos sobre as Mulheres em Portugal – A construção de um novo campo científico”. *Ex Aequo*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Portugal. Celta Editora. Revista nº 5, 2001.
- GOTLIB, Nádía Batella. “A Literatura feita por mulheres no Brasil”. In: *Refazendo Nós-Ensaio sobre a Mulher e Literatura*. Org. Isabel Brandão e Zahidé L. Muzart. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. *O Sexo dos Textos e outras leituras*. Lisboa: Caminho, 1995.

LEITE, Mírian Lifchitz Moreira. *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LISPECTOR, Clarice. *A Descoberta do Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

LOBO, Luiza. *Guia das escritoras da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj/Faperj, 2006.

PEDROSA, Inês. *Crónica Feminina*. 1. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Os Estudos sobre as Mulheres - A difícil interdisciplinaridade”. *Ex Aequo*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Oeiras. Portugal. Celta Editora. Revista nº 1, 1999.

SILVA, Maria Regina Tavares da. “Estudos sobre as mulheres em Portugal- Um olhar sobre o passado”. *Ex Aequo*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Oeiras. Portugal. Celta Editora. Revista n.1, 1999.

SILVA, Ana da; TAVARES, Teresa Cláudia. “Estudos Culturais, estudos sobre as *Mulheres e Estudos culturais sobre as Mulheres*”. *Ex Aequo*. Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Portugal. Celta Editora. Revista nº 5, 2001.

VIANA, Lúcia Helena. “Por uma tradição do Feminismo na Literatura Brasileira”. In *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Natal: Editora da UFRN, 1995.